

## A MUDANÇA DE COLLOR

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Folha de S. Paulo*, 1991

Houve uma mudança significativa no estilo de governo do Presidente Collor. A quase arrogância do primeiro ano deu lugar a uma atitude mais humilde e negociadora. A crença de que poderia decidir tudo a partir de seu próprio discernimento e coragem cedeu lugar a uma disposição maior a ouvir. A idéia que poderia governar apoiado em uma pequena equipe de pessoas que o ajudaram a eleger-se foi substituída por uma disposição muito maior de incluir em seu ministério políticos capazes. Figuras claramente corruptas ou incompetentes do que se convencionou chamar seu "círculo íntimo" estão agora sendo em parte afastadas. E neste início de ano o presidente volta a fazer o apelo ao entendimento nacional e a reafirmar sua crença em uma via "social-liberal" para o Brasil.

É possível dizer que o Presidente decidiu mudar porque não tinha alternativa. Mas o fato é que se mostrou capaz de aprender e mudar. É possível também dizer que a negociação, por enquanto, limita-se ao Congresso. Não se estendeu ao resto da sociedade, principalmente os empresários e os líderes sindicais, mas não será difícil dar mais esse passo.

Seu apelo a um novo entendimento, expresso através de uma série de artigos nos jornais, foi, entretanto, em geral mal recebido. Há hoje muita irritação contra o Presidente, em consequência das altas taxas de inflação. Os preconceitos dos intelectuais e da esquerda contra ele continuam ainda muito fortes. E existem, certamente, motivos objetivos para crítica e oposição. Provavelmente por isso houve a acusação tola de que teria plagiado José Guilherme Merquior. Presidente não plágia intelectual, se assessora com eles.

Mais fundamentada foi a crítica quanto ao descompasso entre as palavras e os atos. Tanto assim que o presidente respondeu a crítica em um de seus artigos (2.2.92). Quando se lêem os discursos e artigos do Presidente Collor, desde o discurso de sua posse, é difícil não concordar. O que vemos é um pensamento moderno, democrático, socialmente orientado. Sem dúvida contem elementos conservadores, mas em nada pode se confundir com a visão neo-liberal. A inspiração ideológica de Collor se

origina em Merquior, e Merquior definitivamente não era um neo-liberal, era um notável intelectual muito próximo - embora um pouco à direita - da social-democracia.

Nos artigos e nos discursos do presidente o objetivo é o desenvolvimento nacional. Os empresários, agindo livremente no mercado, são os agentes fundamentais desse desenvolvimento. A concorrência é fator fundamental de uma alocação eficiente de recursos. Mas o mercado não é o mecanismo de coordenação da economia quase perfeito que os modelos econômicos neoliberais pretendem. É preciso suprir as falhas do mercado pela ação do Estado. Não apenas na área social e do meio ambiente - na área da distribuição, portanto - mas também na área de apoio à produção: desenvolvimento tecnológico, e política industrial e agrícola.

Se as palavras são boas, os atos - como a nomeação de ministros e assessores incapazes ou corruptos, como os ataques indiscriminados a empresários e às críticas da imprensa, como a incapacidade de ouvir - depunham contra as palavras do Presidente. Nos últimos meses, entretanto, a mudança em curso abre novas perspectivas para seu governo. O ano de 1990 foi o do ataque heróico contra a inflação, consubstanciado no Plano Collor I. Já 1991 foi um ano de transição, iniciado com o Projeto e o Emendão, e afinal concentrando-se em novo plano de estabilização - o Plano Marcílio. Foi também um ano de busca de negociação. Primeiro com o PSDB, que afinal não prosperou, e agora com o PFL. 1992 poderia ser o ano da estabilização, para que 1994 e 1995 assistissem à retomada do desenvolvimento.

A estabilização, entretanto, não decorrerá da atual política econômica, embora seja impossível negar um fato: o Presidente não tem poupado esforços no sentido de combater a inflação. Nesta área seu governo é muito diferente do anterior. Não há populismo econômico no governo Collor. O Presidente está disposto a enfrentar qualquer dificuldade política, aceita a impopularidade sem hesitar, e apóia sem restrições seu ministro da economia. Agiu assim com Zélia, está repetindo com Marcílio. O ajuste fiscal está, de fato, sendo realizado. Os contínuos superávits de caixa são um dado objetivo. É inegável a redução do déficit público e da dívida pública interna. Se a inflação não foi controlada, não tem sido por falta de esforço e determinação do Presidente.

A inflação estabilizou-se, nos últimos meses, em torno de 24 por cento. A esperança do governo é de que, agora, se reduza gradualmente. Infelizmente essa esperança tem pouco fundamento. Revela desconhecimento da dinâmica da hiperinflação indexada existente no Brasil. Ora, ao não cair a inflação, Marcílio, que, exceto no que diz respeito à inflação propriamente dita, vem fazendo um excelente trabalho e conta com a confiança de Washington e dos credores, se enfraquecer. Enfraquecer-se também o Presidente, que, hoje tanto precisa fortalecer-se para governar.

É uma pena. O Brasil está muito próximo da estabilização e da retomada do desenvolvimento. O avanço institucional, particularmente na área orçamentária e de controle da moeda, foi grande desde 1985; as finanças públicas melhoraram sensivelmente nos últimos dois anos; as reformas estruturais, particularmente a liberalização comercial, foi começada; a sociedade - inclusive os líderes sindicais - está mais realista e disposta a aceitar sacrifícios. Nada, entretanto, avançará, nem econômica nem politicamente, se os preços não forem estabilizados. Ora, uma inflação de 24 por cento não cai gradualmente. Hoje está mais que demonstrado que, sem uma firme e competente política de rendas, a partir de um acordo social, a estabilização não virá. E sem ela o Presidente continuará a perder apoio na sociedade, enquanto o país permanece em uma crise inútil.